

A ATUAÇÃO DO(A) ORIENTADOR(A) EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

**Florival Rodrigues dos Santos Neto¹,
Orientadora: MSc. Vera Lúcia Catoto Dias²**

¹ Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, Faculdade de Educação e Arte, FEA
Rua: Tertuliano Delphin Jr., 181, Campus Aquarius, CEP 12246 -140 - São José dos Campos, SP.

² Universidade do Vale do Paraíba, UNIVAP, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, IP&D
Núcleo de Pesquisa Formação de Educadores, NUPEFE
Avenida: Shishima Hifumi, 2911, Campus Urbanova, CEP 12244 000, São José dos Campos, SP

Pvp231@ig.com.br; vcatoto@univap.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar o espaço de atuação do(a) Orientador(a) Educacional a partir das reformas públicas educacionais no Brasil. Na década de 1990 frente às mudanças da educação ganhou expressividade como membro da equipe de trabalho escolar. A participação como profissional competente passou a ser requisitada por outras áreas do conhecimento, explicitando seu trabalho em todos os ramos de atividades, concebido como contextos diversificados e assumindo relevância no âmbito escolar. O trabalho fundamenta-se em Shiroma, Moraes & Evangelista (2000), Wutke (2002), Grinspun (2004), Collares (2006), dentre outros. A metodologia foi desenvolvida inicialmente alicerçada em pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa de campo, pela aplicação de roteiro para entrevista direcionado a professor e orientador(a) educacional. Os relatos apresentados na análise de resultados contribuem sobremaneira com o debate sobre a constituição da equipe gestora e nesse cenário insere a participação do orientador(a) educacional, como profissional e mediador entre professores, alunos e família.

Palavras-chave: Orientador(a) Educacional, equipe gestora, âmbito escolar, contextos diversificados, espaço de atuação.

Área do Conhecimento: Humanas/Educação

Introdução

Este trabalho tem como objetivo investigar o espaço de atuação do(a) Orientador(a) Educacional a partir das reformas públicas educacionais no Brasil. Na década de 1990 frente às mudanças da educação ganhou expressividade como membro da equipe de trabalho escolar.

A trajetória percorrida pela profissionalização do(a) Orientador(a) Educacional encontra nas determinações praticadas para a educação nos Estados Unidos da América, por volta de 1930. Foi quando o aumento das ocupações ampliou a necessidade de orientar os jovens para uma opção vocacional, tendo como objetivo uma margem de erro mínima.

Na França, a orientação era desenvolvida em âmbito escolar, como um serviço de psicologia escolar, objetivando conhecer o educando no ambiente formal e informal. Tornou-se orientação profissional, embasada na aplicação de testes, sendo que o profissional da área era denominado de *psicólogo escolar*, cabendo-lhe elaborar dossiês com todas as informações disponíveis sobre os educandos.

No Brasil, a história da orientação educacional inspira-se nesses dois modelos, o americano e o francês.

Desde 1942 as leis educacionais brasileiras (nº 4024/61; nº 5692/71) fazem obrigatória a orientação educacional nas escolas. Conforme apontado por Collares (2006), a idéia é habilitar os alunos para a solução dos próprios problemas, propiciando a conveniente adaptação profissional e social, por meio do(a) Orientador(a) Educacional, mediante a aplicação de processos adequados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 5692/71, no art. 10, declara que: “*será instituída obrigatoriamente as Orientações Educacionais, incluindo aconselhamento vocacional em cooperação com os professores, a família e a comunidade*”. Com isso, pretendia-se preparar trabalhadores para atender os interesses e as necessidades empresariais, justificando o desenvolvimento econômico.

No corpo do texto da LDBEN nº 9.394/96, não há uma referência específica à Orientação Educacional, é apenas mencionada em vários artigos, principalmente no art. 39, segundo o qual “*a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva*”.

Segundo Grinspun (1994) para entender as atividades realizadas pelos(as) orientadores(as) educacionais tem-se que se deter aos períodos em que a identidade do(a) Orientador(a) Educacional profissional foi desenvolvida, pelas determinantes de cada um desses períodos como:

- Período Implementar: compreende o período de 1920 a 1941 e está associado à Orientação Profissional, preponderando à seleção e escolha profissionais, a questão do trabalho, na escola, o projeto do deputado Fidelis Reis que desejava tornar o ensino profissional obrigatório;

- Período Institucional – de 1942 a 1961: caracterizado pela exigência legal da Orientação Educacional nos estabelecimentos de ensino e nos cursos de formação dos orientadores educacionais; nesse período há a divisão funcional e institucional; surge na Escola Pública;

- Período Transformador – de 1961 a 1970: pela Lei 4.024/61, a Orientação Educacional é caracterizada como educativa, ressaltando a formação do Orientador e fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- Período Disciplinador – de 1971 a 1980: conforme a Lei 5.692/71, a Orientação Educacional é obrigatória nas escolas, incluindo o aconselhamento educacional. O Decreto 72.846/73, regulamentando a Lei 5.564/68, sobre o exercício da profissão de Orientador educacional, disciplina os passos a serem seguidos;

- Período Questionador - de 1980 a 1990: o Orientador discute suas práticas, seus valores, a questão do aluno trabalhador, enfim, a sua realidade no meio social; a prática da orientação volta-se para a concepção de educação como ato político;

- Período Orientador – a partir de 1990: a orientação volta-se para a "formação da identidade" do cidadão, comprometido com seu tempo e sua gente, sendo trabalhada a subjetividade e a intersubjetividade, obtidas através do diálogo.

São projetadas perspectivas para o Orientador(a) Educacional, que não mais integrará o planejamento da escola de forma desvinculada, e sim como relata Grinspun (1994, pg.27-28):

A Orientação Educacional passaria, pois a participar: 1) na mobilização para o conhecimento: a) articulando realidade e objetivo; b) pelo levantando as representações individuais e do grupo. 2) na construção da identidade do cidadão crítico, participativo e consciente de seus direitos e deveres. 3) nas questões da afetividade e cognição como características interligadas ao indivíduo.

Segundo Shiroma, Moraes & Evangelista (2000) em decorrência de mudanças na sociedade brasileira, nas últimas décadas, começou-se a

questionar o papel do(a) Orientador(a) Educacional, que até então somente atuava na área escolar, atualmente, surge em nova perspectiva que vai além dos espaços educativos, se destacando nas diversas organizações empresariais, governamentais e não-governamentais.

A atuação do(a) Orientador(a) Educacional, neste contexto, passa a colaborar nas organizações, nos departamentos de Recursos Humanos, auxiliando na construção e na formação de homens mais críticos, conscientes e participativos na sociedade.

O(A) Orientador(a) Educacional atua como um educador, investigando e colaborando conforme as necessidades do grupo, na constituição de ambiente desafiador e de relações de confiança, une os vários segmentos de uma organização, resultando em produtividade, despertando a cooperação e a comunicação a partir dos relacionamentos interpessoais.

Sendo assim, faz-se necessário hoje, a atuação do(a) Orientador(a) Educacional em: hospitais, empresas, ONGS, consultorias, academias, universidades, fundações, associações, dentre outras.

Atuando como um eixo condutor para o conhecimento necessário à transformação da realidade em que os indivíduos estão inseridos, objetivando seu pleno desenvolvimento.

Como apontado por Shiroma, Moraes & Evangelista (2000) na atualidade o profissional de educação para a Orientação Educacional, transcende os muros escolares e retorna às bases, perseguindo os mesmos ideais: colocar a pessoa certa no lugar certo, ou seja, possibilitar uma opção profissional que realize o ser humano, tornando a humanidade mais produtiva e feliz.

O conteúdo do texto da citação de Wutke (2002, p. 41), apresentada a seguir, confirma as orientações, ao referir-se que;

O Orientador Educacional, neste contexto, tem como função priorizar a relação homem e mundo, homem-homem, permeado pelo desenvolvimento morais, espirituais, sociais, físicos, intelectuais, buscando subsidiá-lo na compreensão do Eu em relação aos Nós para que ele possa encontrar a serenidade necessária para sobrevivência neste mundo tão competitivo (...).

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em escola da rede de ensino pública, localizada no município de São José dos Campos. Foram elaborados dois (02) roteiros para entrevista, um direcionado a professor e outro direcionado ao(a) Orientador(a) Educacional. Os instrumentos de pesquisa foram aplicados a dez (10) professores, tendo sido constituído por dez questões, sendo

seis objetivas e quatro dissertativas. Com o objetivo de identificar como os professores(as) vêm a atuação do OE no âmbito da escola. O instrumento direcionado e aplicado a seis (06) Orientadores(as) Educacionais constituído por oito questões, sendo quatro objetivas e quatro dissertativas, com o objetivo de identificar como o OE compreende a sua atuação. Para efeito deste artigo serão consideradas apenas algumas questões do roteiro aplicado aos professores e uma questão do roteiro aplicado aos Orientadores(as) Educacionais.

Resultados e discussão

No resultado da tabulação dos dados do roteiro aplicado aos professores, foram consideradas as seis questões objetivas e uma dissertativa que tratou da função do OE na escola.

Constatou-se que: as professoras são todas mulheres, que têm acima de 41 anos, que atuam no Ensino Fundamental, têm certificação mínima em nível superior de ensino, sendo que apenas uma é habilitada pelo Curso de Letras, enquanto que as demais pelo Curso de Pedagogia. Todas têm certificação em Pós-graduação Lato-Sensu, identificadas pelos cursos de Psicopedagogia, Educação Infantil e Ensino Fundamental, Programa Nacional de Desenvolvimento Escolar, Melhoria da Qualidade em Educação e que atuam na rede municipal de ensino de São José dos Campos.

Pelos resultados apresentados identificou-se como sendo política da rede municipal de ensino a formação continuada e em serviço como possibilidade de progressão na carreira.

Os relatos das professoras apresentados a seguir explicitam o que pensam em relação à atuação do OE, quando sinalizaram que:

Orientar os alunos e até mesmo os pais, quanto a locais e horários de estudo, conversar com eles na intenção de ajudá-los sempre, após todas as tentativas se ainda não for solucionado o problema encaminhá-lo para o Conselho Tutelar. (PE).

Atuar quando na dificuldade de relacionamento, de socialização, econômicas, maus tratos (violência doméstica), indisciplina, necessidade de orientação de estudos. (PA)

Orientar em caso de comportamento inadequado, dificuldade em aprender, agressividade, falta de comprometimento do aluno, problemas familiares. (PD).

O conteúdo dos relatos das professoras confirmaram o desempenho da função e atuação do(a) OE no âmbito escolar e como membro da equipe gestora, estabelecendo parceria com professores na orientação e acompanhamento a alunos(as).

No resultado da tabulação dos dados do roteiro aplicado aos OEs, foram consideradas as quatro questões objetivas e uma dissertativa que tratou da função do OE na escola. Assim constatou-se que: as OEs são todas mulheres, com faixa etária entre 40 e 55 anos. Atualmente desempenham a função: quatro no Ensino Fundamental, uma no Ensino Médio e uma no Ensino Superior. Todas têm certificação mínima em nível superior de ensino, no Curso de Pedagogia, com Habilitação em Orientação Educacional. Todas têm certificação em Pós-graduação Lato-Sensu, uma em Programas e Currículos para a Educação Básica e cinco no curso de Psicopedagogia, pois duas delas atuaram no Laboratório de Aprendizagem.

Quanto à rede de ensino onde atuam como OEs, três encontram-se em instituições particulares e três em escolas municipais.

Os relatos das OEs em relação ao desempenho de suas funções como OE, no âmbito escolar sinalizaram que:

A função é atuar diretamente com aluno, visando sua interação a escola com qualidade no processo educativo e seu desenvolvimento pessoal e social através de orientação em parcerias com as famílias. (OE5)

Nossa atuação vai além de uma lista de funções, vai além dos limites da escola. O combustível é a crença na transformação, ainda que lenta nas pessoas seja a oportunidade de fazer a diferença na vida de nossos alunos e de ter a oportunidade de sermos mais humanos. (OE3).

No que diz respeito à relação existente entre professoras e Orientadora Educacional explicitaram-se expectativas no estabelecimento de parceria, para trabalho em conjunto quando presentes às dificuldades na relação professor-aluno, aluno-aluno, de aprendizagem e de indisciplina dentre outras.

Cooperar com o corpo docente, estabelecendo comunicação, pela troca de informações, auxiliando na tarefa de atribuir significado ao comportamento do grupo classe e/ou aluno(a) em particular.

Conclusão

Dentre as funções da atuação espera-se que o(a) Orientador(a) Educacional esteja em contato com a realidade da sua unidade escolar, conheça a comunidade, identificando as necessidades do local para que seu trabalho tenha um resultado satisfatório e contribua na melhoria da qualidade da educação.

Outro ponto importante é a comunicação entre os profissionais envolvidos, como mediador entre: aluno-professor-pais-especialistas, no atendimento de alunos(as) que enfrentam questões relacionadas à aprendizagem, relacionamento, indisciplina, dentre outras.

As perspectivas futuras para esse profissional não estão restritas ao âmbito escolar, pois se ampliaram os espaços de atuação para além dos muros da instituição escola, uma vez que outras atuações desse profissional são relevantes hoje.

Portanto as perspectivas de atuação do(a) Orientador(a) Educacional, passaram a fazer parte de novos espaços, em contextos diversificados. Realidade esta prevista e contemplada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia em 2006.

Referências

- BEZERRA, R. Orientação Educacional. http://www.procampus.com.br/ensino_orientacao_atribuicoes.asp- acessado em 24/05/2008-0h00m.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394. Brasília/DF: Gráfica do Senado, 1996.
- COLLARES, S. Novas conquistas do pedagogo: a orientação educacional na área sócio-econômica. In Anais do 1. / Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006, . Anais eletrônicos... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, disponível em <<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php>? acesso em: 02 de junho de 08.
- GRISPUN, M. (org.). A prática dos orientadores educacionais. São Paulo/SP: Cortez; 1994.
- LOFFREDI, L. Paradigma de Orientação Educacional. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1976.
- LOPES, A. (org). Organização do periódico educação em foco – questões contemporâneas de currículo. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2004, v.8 n ½. 190p.
- SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA. (org). O que você precisa saber sobre política educa. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2000.
- SILVA, L. Sobre a necessidade da orientação educacional na universidade. Educação brasileira. V. 21, nº. 43, jul./dez. 1999, Brasília/DF: CRUB, p. 192-

- WUTKE, S. Orientação educacional na empresa: uma aproximação. Guarapuava, 2002, 80 f. Monografia (Especialização em Orientação Educacional). Setor de Ciências Humanas da Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Guarapuava/PR, 2002.